



Militante

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

AS ORGANIZAÇÕES DO PARTIDO E A MOBILIZAÇÃO DOS CAMPONESES

1.º — OS ASSALARIADOS AGRÍCOLAS

Por RAMIRO

A classe operária portuguesa na sua luta por melhores condições de vida, contra o fascismo salazarista e pelo socialismo, tem como principais e mais próximos aliados os camponeses.

Os assalariados agrícolas—que são os camponeses sem terra—fazem parte do proletariado, encontram-se identificados com a classe operária das cidades na sua luta por melhores salários, contra o fascismo e pelo socialismo. O proletariado rural—particularmente os assalariados agrícolas—encontra-se em condições excepcionalmente favoráveis para mobilizar à sua volta as outras camadas camponesas e para as trazer à luta por objectivos comuns.

Por isso, interessa particularmente ao trabalho organizativo e mobilizador das organizações do nosso Partido na província o trabalho junto das massas camponesas e, dentro destas, da organização e mobilização dos assalariados agrícolas. As numerosas e heróicas lutas travadas pelos assalariados rurais do Alentejo, do Ribatejo e do Oeste contra o desemprego, por melhores jornas, pela paz e pela democracia, testemunham bem a combatividade dessa camada do campesinato, revelam o ardor revolucionário que ela traz à luta da classe operária industrial.

É inegável que o nosso Partido exerce já hoje uma larga influência em vastos sectores do proletariado agrícola alentejano e ribatejano, que conduzimos, particularmente nestas duas regiões do país, importantes lutas dos assalariados rurais. Porém, essa influência não se tem alargado nos últimos 2 anos devido à ausência de lutas organizadas e massivas, particularmente no Alentejo.

Devemos perguntar por que sucede isto, por que razão o nosso Partido não está a alargar continuamente a sua influência política nas massas camponesas alentejanas, por que razão não temos mobilizado um número sempre crescente de assalariados agrícolas para a defesa dos seus interesses vitais, contra o desemprego, por melhores jornas, pela paz e pela democracia.

Sabemos que as condições de vida dos assalariados rurais do Alentejo e do Ribatejo—para só agora falarmos destes—se têm vindo a agravar de ano para ano. O desemprego quase permanente, os salários de fome de 16\$00, 17\$00 e 20\$00 para os homens e de 8\$00, 9\$00 e 10\$00 para as mulheres, a falta de cumprimento dos horários de trabalho, a arrogância do grande patronato e a repressão das autoridades salazaristas tornam a vida dos trabalhadores rurais angustiosa, forçam milhares deles a procurarem trabalho nas cidades para não morrerem de fome. Esta situação terrível dos assalariados rurais deve ser um factor de alargamento das lutas e não de retraimento. As condições objectivas para largos movimentos de massas existem. Por que se não verificaram então largos movimentos massivos dos assalariados rurais nos dois últimos anos?

A discussão travada em numerosos organismos do Partido, compostos de assalariados agrícolas, apontam-nos três causas fundamentais da falta de mobilização e de organização para a luta dos trabalhadores rurais. Essas causas são: palavras de ordem dos organismos do Partido que já não correspondem inteiramente às novas condições de vida e de luta dos assalariados; certa falta de ligação dos organismos do Partido com as massas camponesas; aumento da repressão fascista contra os militantes do Partido e contra as acções reivindicativas dos assalariados agrícolas.

A luta dos assalariados agrícolas e as palavras de ordem do Partido

Nos últimos dez anos as condições de vida dos assalariados rurais sofreram transformações que não foram acompanhadas por palavras de ordem adequadas das organizações do Partido. Isto, porque mantivemos as mesmas palavras de ordem no decorrer desses dez anos, como se as condições de vida e de luta das massas camponesas estivessem estacionárias. Algumas dessas palavras de ordem, que foram inte-

ramente justas na altura em que foram lançadas, mas que perderam o seu poder mobilizador ante a modificação das condições de vida e de luta das massas, esvaziaram-se de conteúdo político com o passar do tempo.

A luta por uma jorna de 50\$00 nas ceifas, lançada em 1947, foi justa e mobilizou centenas de milhares de ceifeiros em anos sucessivos, trouxe importantes vitórias aos trabalhadores rurais. As concentrações de trabalhadores desempregados nas Casas do Povo e junto das Câmaras Municipais e outras autoridades salazaristas forçaram o patronato e o governo a dar trabalho a muitos milhares de trabalhadores desempregados, trouxeram importantes vitórias aos assalariados agrícolas. As greves e outras acções reivindicativas contra os baixos salários trouxeram e continuam a trazer importantes vitórias também aos trabalhadores.

Devemos, pois, perguntar o que é que está certo nestas formas de luta e o que é que deixou de resultar e por que é que deixou de resultar. Só assim poderemos melhorar o nosso trabalho.

No período das ceifas os grandes lavradores lutavam há anos atrás com a falta de ceifeiros e eram forçados, por isso, a dar os salários que estes exigiam, sob pena de ficarem com as searas por ceifar. Isso permitiu importantes vitórias dos ceifeiros, fez com que em muitos lados em 1949, 1950, 1953 e em outros anos os trabalhadores, orientados e organizados pelo Partido, conseguissem arrancar aos grandes agrários jornas de 50\$00 e mais. Porém, nos últimos 5 anos, os grandes agrários entraram a comprar máquinas agrícolas — particularmente ceifeiras-debulhadoras — e a dispensarem o trabalho de milhares de ceifeiros e ceifeiras. Isto verificou-se mais acentuadamente no Baixo Alentejo.

Como consequência da mecanização da ceifa, milhares de assalariados agrícolas já não conseguem arranjar trabalho nem mesmo no período das ceifas. Por outro lado, os grandes agrários exploradores jogam com esse elevado número de ceifeiros desempregados para lhes negarem jornas mais elevadas. Isso faz com que em muitas regiões do Alentejo as jornas das ceifas tenham descido, ganhando-se em muitos lados, nestes dois últimos anos, jornas de 35\$00, quando antes se ganhavam 50\$00 e 60\$00. Sabendo-se a importância que tinha este período de jornas mais altas nas ceifas na vida económica dos assalariados agrícolas, fácil será compreender o que representa de grave para eles a perda desse curto período de jornas mais compensadoras. São a fome e a miséria mais horrorosas.

Os assalariados rurais, verificando que nas ceifas já não conseguem alcançar facilmente jornas compensadoras, procuraram organizar a sua luta nas mondas e aí conseguem salários mais elevados. Sucede, porém, que no ano passado já se empregou em grande escala a munda química, o que deixou sem trabalho milhares de mundaideiras e mundaideiros e não consentiu que as jornas melhorassem como deviam.

A mecanização da cultura do trigo e de outros cereais, a monocultura na grande propriedade, o emprego crescente das máquinas em todos os trabalhos

agrícolas pelos grandes agrários do Alentejo e do Ribatejo fazem com que a grande maioria dos assalariados agrícolas dessas regiões não encontre trabalho em qualquer época, mantêm as jornas abaixo dos 25\$00 na maior parte do ano, reduzem à fome mais negra e à maior das misérias centenas de milhares de trabalhadores rurais.

Temos que saber encontrar novas formas de mobilização dos assalariados rurais!

Tendo em conta estas novas condições de vida dos assalariados rurais, manter hoje simplesmente as mesmas palavras de ordem para as ceifas, tal como em 1947, sem ter em conta a nova situação criada com o emprego das máquinas, não poderá conduzir as massas camponesas à conquista do salário de 50\$00 e a importantes vitórias, faz com que a luta dos assalariados agrícolas em lugar de crescer de ano para ano, antes se retraia. Isto não foi lido em conta pelas organizações do Partido que continuaram a lançar rotineiramente as mesmas palavras de ordem todos os anos.

Por outro lado, a existência duma massa crescente de desempregados nas regiões latifundiárias, devido à contínua concentração da propriedade rústica, à mecanização da agricultura e à falta de actividades industriais no país que absorvam esses desempregados agrícolas, faz com que a luta dos assalariados e das massas camponesas tenha de tomar novas formas para poder obter novos êxitos.

Temos de começar a atacar o mal pela raiz!

A luta pela Reforma Agrária

Como se sabe, a raiz desta situação horrorosa dos assalariados agrícolas, do proletariado agrícola português, assenta na má divisão da propriedade rústica, na monopolização da terra por umas poucas centenas de grandes agrários que possuem herdades e quintas com milhares de hectares de superfície. Só no Alentejo existem 761 propriedades com uma área que vai de 500 a 20.000 hectares!

Ao contrário do que sucedeu na maior parte dos países capitalistas europeus, em Portugal a propriedade rústica mantém ainda formas semi-feudais, encontra-se indivisa e concentrada nas mãos dumas tantas famílias latifundiárias que monopolizam propriedades com uma área total, cada uma delas, de 50.000, 30.000 ou 20.000 hectares como sucede, por exemplo, como a Companhia das Lezírias, a família Posser de Andrade, Samuel Santos Jorge, Duques de Cadaval e de Palmela, etc., etc.

O facto de até hoje não se ter procedido a uma divisão da grande propriedade rústica, dos latifúndios (e a prática da monocultura nesses latifúndios) faz com que existam nas regiões latifundiárias (Alentejo, Ribatejo e Beira Baixa) centenas de milhares de trabalhadores rurais sem um palmo de terra de seu nome, sem possam lançar uma semente, que só vivem do aluguel a baixos salários da sua força de trabalho e que, quando este escasseia ou quando as jornas baixam, são forçados a viver uma vida cheia de sofrimentos e de miséria negra.

A agudização das condições de vida das massas camponesas devido ao regime da propriedade rústica coloca na ordem do dia, como tarefa premente, a luta pela realização duma Reforma Agrária que dê a terra a quem a trabalha, que modifique profundamente a distribuição da riqueza e dê ao povo português a base económica indispensável ao progresso do país.

É naturalmente ao nosso Partido, como partido da classe operária, que cabe a tarefa de organizar a luta das massas camponesas por uma Reforma Agrária. Por isso mesmo a realização duma ampla Reforma Agrária figura no «Programa» aprovado no V Congresso do Partido, em 1956. Naturalmente que só um Governo Democrático, de feição popular e revolucionária, poderá realizar uma ampla Reforma Agrária, mas isso não nos deve levar a aguardar o aparecimento na arena política nacional de tal governo para organizarmos a luta das massas camponesas por esse objectivo tão importante para elas e para toda a nação portuguesa, pois podem-se conseguir desde já vitórias parciais importantes.

Desde já as organizações do Partido no campo devem empreender um intenso trabalho de agitação junto dos assalariados agrícolas e dos camponeses pobres no sentido de levar essas camadas a começarem a sua luta por uma Reforma Agrária, fazendo-lhes compreender que a solução do grave problema do desemprego, da elevação substancial dos salários e duma melhoria considerável das suas condições de vida está na divisão da grande propriedade latifundiária em pequenas parcelas e sua distribuição gratuita pelos assalariados agrícolas e camponeses pobres com pouca terra.

Na Itália, os camponeses forçaram o governo burguês a ir para a reforma agrária no sul do país, ocupando colectivamente as grandes herdades e procedendo eles próprios à sua distribuição em pequenos lotes por todos os que queriam receber um quinhão e a ele fivessem direito. Quando as autoridades chegavam, a divisão das herdades estava feita e os novos proprietários recusavam-se enérgicamente a abandonar as terras ocupadas, sendo o governo cristão-democrata obrigado a reconhecer essa ocupação e a legalizar as partilhas feitas.

A luta pela Reforma Agrária exige um grande esforço de propaganda e de organização junto das massas camponesas pelos militantes do Partido, mas só ela poderá dar solução aos problemas que tornam a vida dos assalariados agrícolas e dos camponeses pobres dolorosa e insustentável. Só a luta pela Reforma Agrária poderá lançar as massas camponesas, privadas da posse da terra, na luta decidida, transformando assim estes sectores do nosso campesinato em poderosos aliados da classe operária na sua luta pela democracia e pelo socialismo, fazendo de centenas de milhares de portugueses revolucionários consequentes.

A luta contra o desemprego

A existência nos nossos campos de dezenas e dezenas de milhares de trabalhadores rurais debatendo-se nos horrores do desemprego terrivelmente é o princí-

pál factor do aviltamento dos salários desses trabalhadores e até da classe operária industrial. A luta contra o desemprego tem de estar, por isso mesmo, no centro das actividades das organizações e militantes do Partido no campo. Sem obtermos êxitos na luta contra o desemprego não nos será fácil obtermos vitórias na luta por melhores salários. Por isso, a organização de marchas de desempregados com centos ou milhares de pessoas (assalariados, suas mulheres e seus filhos) até junto das Câmaras Municipais e autoridades salazaristas é uma forma de luta muito importante e que poderá forçar os fascistas a darem solução imediata às crises de desemprego. Os assalariados rurais desempregados devem exigir das autoridades salazaristas a sua distribuição obrigatória pelos grandes agrários, proporcionalmente às áreas de cultivo que eles possuem. As próprias autoridades salazaristas, aqui há vinte anos atrás, foram forçadas pela luta dos desempregados a terem de distribuí-los pelos grandes agrários. Há que lutar de novo por esta medida, pois que ela contribuirá para solucionar o problema do desemprego rural e forçará os grandes agrários a cultivarem melhor as suas herdades, o que serve os interesses nacionais.

Paralelamente, há que organizar a luta junto das autoridades salazaristas contra a existência de grandes propriedades incultas ou mal cultivadas, levando essas autoridades a exigirem dos grandes agrários o cultivo dos terrenos de pousio e forçando-os, desta forma, a terem de dar trabalho aos desempregados e a cumprirem o seu dever perante a nação.

Caso os grandes agrários se recusem a cultivar os terrenos produtivos incultos, há que exigir das autoridades salazaristas a expropriação pelo governo dessas propriedades e a sua distribuição pelos assalariados agrícolas e camponeses pobres. Esta luta poderá ser conduzida através de concentrações massivas nas Casas do Povo e junto das Câmaras Municipais, bem assim como em exposições com as assinaturas de toda a população duma aldeia ou concelho. Procedendo desta forma, os assalariados rurais desempregados encontrarão trabalho, melhorarão as suas condições de vida, farão crescer a produção agrícola portuguesa e darão guerra aos parasitas.

Há outras formas de luta contra o desemprego que têm sido empregadas com êxito pelos trabalhadores. As caçadas colectivas dos desempregados de toda uma aldeia nas grandes herdades, bem assim como a ida em massa desses desempregados para as grandes herdades e quintos para aí realizarem os trabalhos agrícolas que considerarem necessários—mesmo sem a prévia autorização do proprietário e dos managers ou feitores—tem já sido levada a cabo pelos camponeses do Baixo Alentejo e é também uma forma de ajudar a resolver o problema do desemprego, pois os trabalhadores exigem depois dos proprietários dessas herdades ou quintos o pagamento dos serviços realizados.



Todas estas formas de luta forçarão as autoridades salazaristas a procurarem resolver, melhor ou pior, conforme a força da luta, a situação dos desempregados e encaminharão as massas camponesas para a luta por uma Reforma Agrária, visto que põem a nú os malefícios da subsistência da grande propriedade rústica, dos latifúndios.

A luta pelos Contratos Colectivos

Na luta contra o desemprego rural e por melhores salários, as organizações do Partido poderão obter vitórias muito importantes se souberem unir e organizar os desempregados, e com eles todos os outros trabalhadores, em acções de conjunto tendentes a forçarem o grande patronato e as autoridades salazaristas a irem para a assinatura de **Contratos Colectivos** entre todos os trabalhadores duma aldeia, dum concelho ou dum distrito e os respectivos agrários, garantindo-se nesses contratos colectivos trabalho assegurado para todos durante certas épocas do ano ou durante todo o ano, um salário mínimo e um horário de trabalho.

É fácil de compreender a enorme importância que para os assalariados agrícolas terá a celebração destes contratos colectivos, pois eles poderão garantir-lhes durante 3 meses, 6 meses ou até no espaço dum ano, um salário certo e trabalho assegurado a todos. Estes contratos colectivos são vulgares em outros países capitalistas e já foram conseguidos pelos camponeses alentejanos de Pias e de Vale de Vargo aqui há anos atrás durante as ceifas.

Naturalmente que a assinatura destes contratos colectivos tem de ser feita nas Casas do Povo, na presença de todos os trabalhadores e das autoridades e delegado do I.N.T., e tem de haver uma vigilância permanente dos assalariados, para esses contratos serem respeitados depois pelos grandes agrários.

É condição fundamental para que estes contratos colectivos possam servir de facto os interesses dos assalariados agrícolas, que eles sejam antes livremente discutidos pelos trabalhadores nas Casas do Povo e que só com a concordância da sua grande maioria possam vir a ser assinados, de contrário, os fascistas poderiam tentar impor aos trabalhadores salários de fome e condições de trabalho muito más.

Enquanto os grandes agrários puderem jogar à vontade com o desemprego e com a utilização das máquinas para rebaixarem as jornas, os assalariados não terão garantias nenhuma de jornas certas e de trabalho assegurado. Só os contratos colectivos, impostos pela luta massiva e persistente de todos os assalariados, poderão criar novas condições de vida nos campos. Por isso, o trabalho de agitação no sentido de ganhar as massas para esta ideia, e de as organizar para a luta, tem de estar no centro da actividade das organizações do Partido de assalariados rurais.

De nada servirá lançarmos a palavra de ordem duma jorna de 35\$00, de 40\$00 ou de 50\$00, se não organizermos formas de luta que garantam trabalho a todos os assalariados e uma jorna certa desde o princípio até ao fim de cada tarefa ou de cada período de trabalho. A experiência das ceifas e das

mondas tem-nos mostrado que as jornas mais elevadas se alcançam somente durante uma semana ou duas e que, depois, tudo volta à mesma miséria. Doutras vezes, porque os grandes agrários recorreram às máquinas ou a ranchos de fora, nem mesmo jornas mais altas se conseguiram nesses poucos dias.

Temos de nos convencer que os grandes agrários se vão negar, de princípio, a assinarem contratos colectivos, que não-de pretender continuar, como até aqui, com as mãos livres para imporem jornas de fome e só empregarem trabalhadores quando entenderem, para poderem jogar a seu favor com o desemprego e a fome. Para os fazer recuar, para forçar o governo fascista de Salazar a apoiar ele mesmo esses contratos, temos de organizar a luta em várias freguesias, em todo um concelho, ou até e de preferência num conjunto de concelhos, temos de travar batalhas importantes, temos de saber unir e organizar para esta luta todos os interessados. Esse será o preço da vitória.

A mecanização da agricultura e suas consequências

Quanto ao emprego das máquinas nas grandes herdades e quintas também temos de tomar uma posição clara, temos de combatê-lo, pois ele é prejudicial, nas condições do fascismo, aos interesses de milhares e milhares de trabalhadores.

Nós, comunistas, queremos o progresso da agricultura portuguesa, mas não podemos consentir que o progresso na mecanização, em lugar de servir aos homens para melhorarem a sua situação, sirva sim de instrumento aos grandes agrários exploradores para poderem tornar ainda mais negra e mais difícil a vida de centos de milhares de trabalhadores portugueses.

Nós pensamos que as organizações do Partido devem esforçar-se por organizar a luta das massas contra o emprego das máquinas na agricultura sempre que haja trabalhadores rurais desempregados. A palavra de ordem deve ser: *«enquanto houver braços parados, as máquinas não devem trabalhar.»* Para isto, temos de fazer um intenso trabalho de agitação de forma a ganhar as massas para esta ideia, temos de tornar conhecida das massas a palavra de ordem do Partido, temos de saber organizar imediatamente as massas camponesas contra as consequências desastrosas dessa mecanização.

A compra de novas máquinas pelos grandes agrários deve motivar a realização de concentrações de protesto nas Casas do Povo e junto das autoridades salazaristas, exigindo-se que estas tomem medidas imediatas no sentido de assegurarem trabalho aos assalariados rurais que essas máquinas irão lançar no desemprego, ou então que os grandes agrários que compram essas máquinas se comprometam a dar um subsídio de desemprego aos trabalhadores que ficarão sem trabalho.

A ligação das organizações do Partido com as massas camponesas

Naturalmente que tudo o que temos apontado como caminhos para melhorarem a terrível situação dos assalariados rurais ficará letra morta, de pouco servi-

tá, se não levarmos à prática medidas concretas tendentes a unirem e organizarem as massas camponesas para a defesa dos seus interesses vitais e novas formas de luta.

Se as organizações do Partido no campo não fizerem um esforço para se aproximarem de todos os homens honrados, de com eles discutirem estes e outros problemas, de ouvir a sua opinião e de com eles todos organizarem a luta, não tenhamos dúvida que as coisas continuarão a caminhar mal, que não conseguiremos melhorar a situação das massas camponesas.

É fundamental que cada militante do Partido faça um esforço para se aproximar de todos os camponeses (sejam eles assalariados ou camponeses pobres, seareiros ou parceiros) e com eles estude o caminho a seguir para melhorarem a sua situação. Mas não basta ouvir um a um cada trabalhador, é fundamental que todos os trabalhadores dispostos a lutar se reúnam e assentem colectivamente no caminho a seguir. Essa é a primeira condição para uma vitória.

Uma das causas mais frequentes dos insucessos de algumas organizações do Partido junto das massas camponesas está no facto de terem abandonado a convocação de reuniões colectivas de trabalhadores para discutirem todos juntos o caminho a seguir e para a eleição de comissões de unidade (comissões de trabalhadores sem distinção de cor política ou de religião) capazes de organizarem a luta e de a orientarem.

Aquelas reuniões com várias dezenas ou até centenas de trabalhadores, que antes se faziam no Alentejo e no Ribatejo, foram abandonadas por muitos camaradas e organizações, nuns casos por sectarismo, noutros devido à repressão. A verdade é que esses reuniões se podem fazer à luz do dia na maior parte dos casos e sem darmos ocasião a que a GNR ou as autoridades fascistas possam intervir, bastando para isso convocar essas reuniões para as Casas do Povo ou aproveitar o local das Praças de Jorna, quando todos os trabalhadores se encontram aí reunidos, como já se tem feito em muitos lados.

Para que as lutas que vamos conduzir contra o desemprego, por melhores salários e pela Reforma Agrária tragam vitórias importantes aos trabalhadores, melhorem a sua sorte, é fundamental que saibamos mobilizar para essas lutas as massas, o maior número possível de pessoas.

A mobilização das massas camponesas, nas duras condições que o fascismo criou à nossa acção em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, só se poderá fazer com largueza, com êxito, se soubermos encontrar para cada caso formas de legalizarmos as reuniões massivas preparatórias, se levarmos o maior número possível de trabalhadores a participarem nessas reuniões e a não temerem as consequências de tal participação.

A realização de reuniões secretas, com meia dúzia de camaradas e simpatizantes isolados das massas, nos montes e de noite, para decidirem das formas de luta a seguir, revelem-se incapazes de servir os interesses dos trabalhadores, facilitam a acção das forças repressivas contra os militantes do Partido, isolam-nos das massas. Essa tem sido uma das principais causas dos insucessos de certas organizações na luta contra

o desemprego, por melhores salários, por contratos colectivos.

Os camaradas militantes do Partido devem aparecer junto de todos os outros trabalhadores simplesmente como trabalhadores conscientes, que lutam pela melhoria da sua situação e da situação dos seus companheiros, e não como políticos. Como trabalhadores, podem promover reuniões de companheiros nas Casas do Povo e nas Praças de Jorna e com eles discutirem livremente acerca do caminho a seguir. A orientação do nosso Partido deve por eles ser apresentada às massas como ideia sua, como a forma que lhes parece mais capaz de os conduzir a resultados positivos. A defesa da orientação do Partido deve ser enérgica, persuasiva, de forma a convencer todos os presentes da justeza do caminho que lhes apontamos. Isto exige que, antes, os militantes do Partido que vão a essa reunião de massas tenham discutido entre si, e com largueza, o caminho a seguir, a forma de o apresentarem nessa reunião e o saibam defender com calor, com convicção, e não cheios de vacilações, como por vezes tem acontecido. O nosso Partido é o guia e organizador dos trabalhadores e, por isso mesmo, os seus militantes têm de saber guiar e organizar as massas nas suas lutas. Sem isso, nada de positivo conseguiremos.

A organização das lutas e a repressão fascista

Sabemos todos que a repressão salazarista torna muito difícil a nossa acção em defesa das classes trabalhadoras; é mesmo para isso que ela fundamentalmente existe. Sabemos todos que a GNR e a PIDE dificultam consideravelmente a acção das nossas organizações junto das massas camponesas, mas também sabemos bem, através da nossa própria experiência, que somos capazes de iludir essa vigilância policial e de encontramos formas de nos aproximarmos das massas e de as mobilizarmos para a luta. A experiência de todos os dias está-nos a apontar novas formas de acção.

O que é profundamente errado é cairmos no isolamento das massas por recermos a repressão salazarista, é reduzirmos todo o nosso trabalho partidário a conversas secretas e o ocultas dos trabalhadores — como se eles fossem nossos inimigos ou suspeitos! ... quando essas conversas têm como finalidade servir os interesses desses mesmos trabalhadores. Esse trabalho secreto, fechado, realizado muitas vezes em reuniões nos campos e a altas horas da noite, para decidir das formas de luta e das formas de luta, é que pode dar motivo à repressão policial, se é conhecido pelos fascistas. Pelo contrário, o trabalho aberto, legal, junto de numerosos trabalhadores, nas Praças de Jorna, nos ajuntamentos, nas concentrações nas Casas do Povo, confunde a nossa acção e a nossa iniciativa com a acção e iniciativa das massas, torna muito mais difícil a acção repressiva dos salazaristas, não lhes deixa distinguir a acção dos militantes do Partido da do resto dos outros trabalhadores.

Além disso, impõe-se a organização da luta contra a repressão que cai sobre as lutas reivindicativas dos trabalhadores e sobre a acção dos militantes do Par-

tido e demais democratas. Se as autoridades salazaristas sentirem que os trabalhadores se encontram unidos e organizados, que estão firmes na luta que conduzem, elas receberão as consequências das suas provocações; não medo da reacção das massas, serão forçadas a reagir, como tantas vezes tem acontecido.

O segredo das vitórias alcançadas pelos trabalhadores da cidade e do campo, frente à repressão fascista e ao patronato explorador, consiste na largueza da sua unidade, na força da sua organização. Se os militantes e organizações do Partido souberem unir um grande número de trabalhadores para determina-

da luta, se souberem organizar bem esses trabalhadores e orientá-los com justeza, se souberem enfrentar as manobras repressivas dos nossos inimigos com confiança na própria força das massas, abriremos o caminho para novas vitórias, lançaremos o proletariado rural em lutas sempre crescentes em defesa dos seus interesses de classe, na defesa da paz e na conquista das liberdades democráticas, faremos desse proletariado rural — de muitas centenas de milhares de portugueses — uma grande força revolucionária capaz de apressar a queda do salazarismo e de abrir, com a classe operária das cidades à frente, o caminho para um futuro luminoso, para o Socialismo.

REFORCEMOS A PERSONALIDADE POLÍTICA DA BASE DO PARTIDO

Por GUEDES

O nosso Partido é o Partido da classe operária. E essa circunstância imprime-lhe uma marca particular que nenhum partido burguês se pode gabar de possuir — é a capacidade de examinar a base objectiva dos seus erros e de tomar as medidas necessárias para os rectificar. É porque é que isso sucede? Porque a classe operária, sendo a classe que representa uma causa já hoje historicamente triunfante e para a qual se abre um futuro luminoso — o Socialismo — não teme a realidade, a vida, pois sabe que, no essencial, a realidade lhe dá sempre razão. Estas duas circunstâncias — o carácter de classe triunfante e uma concepção científica da realidade dão ao nosso Partido uma força ideológica e de mobilização das massas populares que nenhum partido burguês possui, porque não pode possuir.

Isto não significa que o nosso Partido não cometa erros, não tenha deficiências. Mas o que faz a nossa força é não temermos a mais viva luta ideológica dentro do Partido, pois sabemos que essa é a forma de temperarmos o Partido para os mais duros embates da vida.

Nos últimos tempos a Direcção do nosso Partido vem fazendo um esforço notável para despertar a sua base para os problemas políticos fundamentais e para que todo o Partido, do topo à base, adquira, por completo, a sua personalidade política, por muito tempo adormecida devido aos nossos passados erros sectários, aos defeitos do trabalho individual e do culto da personalidade.

A testemunhá-lo estão os numerosos artigos que têm aparecido no «Militante» nos últimos tempos em que se põem os problemas mais importantes sobre o reforço da base ideológica, política e orgânica do Partido; a testemunhá-lo está ainda o salutar ambiente de crítica e auto-crítica que se vem desenvolvendo em todo o Partido, desde que este empreendeu uma viragem decisiva no sentido de lutar contra o sectarismo. No entanto, camaradas, ainda muito há que fazer para dar a todo o Partido plena consciência das suas responsabilidades e de estar ao nível necessário das tarefas históricas que se abrem perante os nossos olhos.

Ainda estamos muito longe de combater os erros liberais que, no dizer do camarada Mao Tsé Tung, se manifestam por «*Pôr de lado as coisas que não nos dizem respeito directamente; achar que o melhor é dizer o menos possível a respeito de coisas que se sabe claramente estar erradas*» ... ou «*Não discutir opiniões incorretas ou ouvi-las, e até não assinalar opiniões contra-revolucionárias, mas suportá-las calmamente como se nada tivesse acontecido*» ou «*Trabalhar com pouco entusiasmo, sem qualquer plano ou orientação, definidos; trabalhar por trabalhar e deixar ir as coisas ao sabor da corrente...*»

Na verdade, camaradas, ainda encontramos muita passividade dentro do Partido, muito espírito de «não te toques», muita rotina no estilo de trabalho e na aceitação indifferente da linha do Partido.

É preciso que todo o Partido colabore activamente na elaboração da linha do Partido, que ajude conscientemente a Direcção do Partido a pilotar o barco da revolução, que dê o melhor do seu esforço à aplicação viva e criadora da linha política geral, que viva intensamente a linha política e mobilize as mais amplas massas pela sua concretização.

É necessário que cada comunista tenha os olhos bem abertos e os ouvidos bem atentos para escutar tudo o que as massas fazem e dizem e saber interpretar bem os seus desejos, de modo a poder dar a sua melhor contribuição para a linha política do Partido.

É preciso que cada comunista se compenetre que o Partido é ele, também, que o Partido não é só a Direcção do Partido nem o quadro de funcionários; que nenhum comunista «sacuda a água do capote» e deixe aos outros a tarefa de pensar por ele.

Dentro das condições objectivas existentes, o Partido será aquilo que todos nós quisermos e aquilo que todos nós fizermos.

Quem ler os materiais fundamentais do V Congresso, os «Militantes», os «Avantes», os manifestos e informes dos membros da Direcção do Partido, os Estatutos e o Programa não pode deixar de reconhecer que a Direcção do nosso Partido é uma Direcção bem capa-

citada teoricamente, impregnada do espírito do marxismo-leninismo e com um conhecimento profundo e multilateral dos problemas económicos, sociais e políticos fundamentais do nosso país.

Mas isso não chega, camaradas. Se a Direcção do Partido não tiver a ajuda das bases, se não tiver uma ideia o mais exacta possível da situação do nosso povo, se não tiver as informações e ajudas necessárias de todo o Partido e das massas para traçar a sua linha política, por maior capacidade política, firmeza ideológica e vontade de acertar que possua, não poderá encontrar o rumo que se impõe.

Ajudemos a Direcção do nosso Partido, da mesma forma que ela tem ajudado todo o Partido a orientar-se. Tenhamos consciência da importância da contribuição de cada um de nós para ajudar todo o Partido. Sejam modestos na apreciação das possibilidades de cada um de nós, mas confiemos na capacidade de trabalho de todos em conjunto. Como dizia um poeta e dramaturgo alemão, Brecht — «Cada um de nós tem dois olhos, mas o Partido tem mil olhos».

Confiemos pois na capacidade de visão dos mil olhos do Partido, mas punhamos também os nossos a ver e a iluminar o caminho com todos os nossos camaradas.

O nosso Partido é um Partido marxista-leninista e, como tal, examina a situação do país e traça a orientação para a luta com espírito científico, com o rigor próprio da Ciência, com os olhos bem abertos para a realidade objectiva. Mas, para se fazer um tal trabalho, é necessário observar muito bem a realidade, traçar caminhos, avançar, recuar, experimentar, cometer erros e eliminá-los, recolher elementos teóricos e práticos de todo o lado e finalmente encontrar o caminho justo e enveredar por ele resolutamente.

É assim que trabalham os comunistas e todos nós temos que colaborar activamente neste trabalho gigantesco que se processa à escala de todo o país.

Ajudemos a Direcção do Partido, punhamos ao serviço de todo o Partido a experiência revolucionária de cada um de nós, não tenhamos dizer abertamente o que pensamos, não tenhamos dizer asneiras e praticar erros. Como nos ensina Lênine, o mal não está em praticar os erros, o mal está em não os rectificar.

Não punhamos duas palas na cara para só olharmos para o que se passa no nosso sector. No Partido, como na vida, não há problemas estanques e aquilo que se passa no Minho deve interessar ao que está no Alentejo ou no Algarve e vice-versa, e aquilo que se passa entre os operários deve interessar os camponeses ou as classes médias e reciprocamente. A classe operária e o seu Partido têm que se colocar à frente da luta de todas as classes e saber aproveitar inteligentemente todas as causas de descontentamento para mobilizar as massas contra o salazarismo e pela conquista da Democracia e do Socialismo.

Não basta dizermos que a classe operária tem um papel de vanguarda e que está destinada a libertar todos os outros homens, é necessário que a própria classe operária sinta isso e tome efectivamente o papel de vanguarda que se impõe. O reconhecimento do papel de vanguarda da classe operária pelas outras classes não cai do céu, conquista-se através da luta e das provas dadas na prática.

É necessário, pois, desenvolver a iniciativa revolucionária das massas e, em primeiro lugar, da classe operária, é necessário dar, pois, a todo o Partido a noção da sua responsabilidade e o espírito de iniciativa para levar à prática as resoluções do Partido.

Por exemplo—cabe inegavelmente ao nosso Partido o mérito de, em primeiro lugar, ter aberto às massas a perspectiva da luta eleitoral e de ter previsto magistralmente as lutas de massas de elevado grau que se verificaram nas passadas campanhas eleitorais.

Para objectivar esta afirmação, recordo algo do que se diz no Informe do camarada Manuel ao V Congresso: «... forças imensas que vimos movimentarem-se após o fim da II Guerra Mundial e na Candidatura Norton de Matos se erguerão de novo»...

«... Ora todas estas centenas de milhares de democratas, com a classe operária à cabeça, têm agora inúmeras razões mais para estarem contra o salazarismo»...

«... Hoje, numa evolução que vemos vir-se dando de eleição para eleição, e que se tem acentuado fortemente ultimamente, hoje, com o descontentamento generalizado devido à política económica do governo, veremos novas camadas, novos milhares de pessoas interessarem-se e participarem vivamente nas próximas eleições. Será até natural haver pessoas que se inscreveram no recenseamento com a ideia de votar no governo e que mudem de opinião»...

Se tivermos em conta que tudo isto foi dito no nosso V Congresso, em Outubro de 1957, e o que se passou daí para cá, não podemos deixar de ter um profundo orgulho revolucionário na capacidade de previsão do nosso Partido.

Mas poderemos dizer que todo o Partido foi ganho para a luta eleitoral desde que a Direcção traçou o justo caminho intervencionista e o nosso Congresso o confirmou palmarmente?

Não, camaradas. Nem todo o Partido esteve à altura das lutas que se processaram e temos que reconhecer que muitas vezes sofremos de seguidismo em relação a outras forças políticas cuja orientação foi completamente desbaratada pela vida, ao contrário da nossa que teve plena confirmação.

Temos de reconhecer que, durante os levantamentos insurreccionais do povo de Lisboa, do Porto, de Braga, e tantos outros locais do país, muitos camaradas nossos se desorientaram e não foram capazes de se pôr audazmente à frente das massas.

Se todo o Partido o tivesse feito, é caso para perguntar se ainda hoje existiria salazarismo no nosso país.

E nas greves políticas, como já foi salientado num Informe do camarada Freitas e em artigos do «Militante», muitos camaradas nossos ficaram atrás das massas e defenderam uma passividade absolutamente incompatível com a qualidade de comunista e com as condições objectivas que estavam geradas.

Considerações do mesmo género podíamos fazer sobre a falta de entusiasmo revolucionário com que muitos camaradas encaram a campanha pela demissão de Salazar. Apesar dos êxitos já alcançados, podemos afirmar que o que temos feito está muito aquém das nossas possibilidades e das condições de descontentamento que lavram no país contra Salazar.

Outro exemplo—Quando nas nossas publicações, por exemplo o «Avante!», se propõe desencadear campanhas pela libertação de Alvaro Cunhal, Manolis Glezos ou Sanchez Montero, é necessário que os nossos camara-

radas reagem prontamente na mobilização das massas por tão humanas campanhas. Quando no «Avante!» se propõe campanhas pela libertação dos presos políticos e por uma Amnistia política, é necessário que todos os camaradas dêem o melhor do seu esforço nesse sentido.

A base do Partido é pois essencial para levar à prática a orientação do Comité Central.

Não basta ter uma orientação justa, é necessário que

tudo o Partido colabore activamente na sua execução.

É necessário que a base do Partido contribua ao máximo para a elaboração da linha política do Partido, mas é também necessário que, uma vez esta traçada, o Partido actue como um só bloco pela sua execução.

É esta característica que fez dos Partidos Marxistas-Leninistas as forças mais combativas, mais coerentes e mais fortes de toda a Humanidade.

O PAPEL DE VANGUARDA DO NOSSO PARTIDO A LINHA DE MASSAS E A UNIDADE ANTI-SALAZARISTA

Por PAIS

Quando nós, comunistas, falamos do papel histórico do nosso Partido como força de vanguarda na luta anti-salazarista, baseamo-nos ao mesmo tempo na teoria marxista-leninista e na análise da realidade nacional.

Ao afirmarmos o papel de vanguarda do nosso Partido, tomamos uma grave e pesada responsabilidade perante o nosso Povo, e demonstramos uma lúcida consciência da realidade política e social no nosso país à luz do marxismo-leninismo.

Mais ainda, ao afirmarmos o papel de vanguarda do nosso Partido, não estamos só a repetir o que dizem os mestres do marxismo-leninismo, mas sim a teorizar a experiência prática, a vida, nestes 33 anos de regime fascista.

É, portanto, da própria análise da realidade portuguesa que podemos concluir que é ao Partido Comunista Português que cabe a responsabilidade histórica de ser a vanguarda da luta pela Paz, pela Democracia, e pelo Progresso e Independência da Pátria.

Vejamos, embora muito resumidamente, porquê.

Em 1.º lugar: A classe operária, não só pelo número, mas sobretudo pela sua missão histórica e pela posição chave que ocupa no organismo económico e social do país, é a classe mais importante e mais poderosa. Assim, a actividade normal da indústria, da agricultura, dos transportes, da energia, e do comércio, dependem fundamentalmente da classe operária. Se a classe operária paralisasse, paralizaria toda a vida económica e social do país.

Em 2.º lugar: A classe operária é de todas as classes da sociedade portuguesa a que mais tem sofrido e sofre as consequências do fascismo. É também, por isso mesmo, a que mais deseja o fim do fascismo.

Em 3.º lugar: Pelas suas próprias características de classe, características forjadas pelas relações sociais de produção inerentes a uma sociedade capitalista, a classe operária é a classe mais unida e a que mais fácil e rapidamente se organiza para a luta. É, por assim dizer, um grande exército sempre pronto a colocar-se rapidamente em posições de combate.

Em 4.º lugar: A classe operária, quer industrial quer agrícola, tem sido a única no nosso país a manter uma luta constante, sem tréguas, ao longo destes 33 anos, contra a exploração económica do monopolismo corporativista, contra os sistemáticos ataques às liberdades políticas e sociais, e contra a política obscurantista do fascismo. Seja nos períodos de recessão polí-

tica, através de pequenas lutas reivindicativas, seja nos períodos de grande agitação política, como em 1945, 1949, 1951, 1957 e 1958, através da participação massiva nos movimentos nacionais contra a ditadura fascista, sempre a classe operária fez valer todo o peso da sua força e da sua combatividade, que têm imprimido a esses movimentos um carácter massivo e nacional.

Em 5.º lugar: O Partido Comunista é o partido da classe operária, a classe que, como vimos atrás, é a mais interessada no derrubamento do fascismo salazarista, a mais unida, a mais organizada, a mais combativa, a mais poderosa, a classe ascendente. O nosso Partido é, actualmente, o único no nosso país que possui uma teoria política — uma estratégia e uma tática — e um programa político concreto e objectivo, que corresponde aos interesses não só do proletariado e do campesinato, mas também da burguesia nacional. O nosso Partido é, actualmente, a única força política no nosso país com uma organização à escala nacional que lhe permite exercer uma direcção efectiva da classe operária, e uma influência real na restante massa de trabalhadores. O nosso Partido procura aplicar consequentemente, na prática, a sua linha política de massas, e tem defendido sempre com firmeza uma política de unidade de todas as correntes políticas anti-salazaristas, e é, por isto mesmo, a força catalizadora da unidade anti-salazarista.

A história dos factos nestes 33 anos demonstra que o nosso Partido tem sido o grande campeão da luta anti-fascista.

Eis por que a afirmação de que o nosso Partido tem a desempenhar um papel histórico de vanguarda na luta pelo derrubamento do salazarismo e pela Democracia, é real e objectiva, e não um produto da nossa imaginação.

Esta noção do papel histórico do nosso Partido e da grande responsabilidade que lhe cabe na direcção da luta anti-salazarista, e mais tarde na direcção da luta do nosso Povo pelo Socialismo, deve impôr-se é consciência individual de cada militante, e impregnar toda a sua actividade numa noção de alta responsabilidade individual. Cada militante deve sentir-se pessoalmente responsável pela actividade geral do Partido, pelas suas vitórias e pelas suas derrotas.

Sendo o nosso Partido a principal força anti-salazarista, é evidente que qualquer enfraquecimento do Partido se reflecte imediatamente numa forma

negativa na luta geral contra o salazarismo. É verdade inegável; demonstrada pela vida nos últimos anos, que os períodos de maiores dificuldades que o nosso Partido tem atravessado, devido ao peso da repressão policial, coincidem com períodos de fraca actividade política geral das massas, e até mesmo das outras forças anti-salazaristas. Isto mostra-nos a importância que tem, para o êxito da luta patriótica contra o salazarismo, a existência dum Partido Comunista forte, à altura do seu papel histórico, de vanguarda anti-salazarista.

O nosso Partido só poderá ser um partido forte, um partido de vanguarda, se a sua linha política for compreendida e assimilada por todos os seus militantes e aplicada na prática em cada situação concreta.

Há camaradas que demonstram na sua actividade prática que não assimilaram ainda a linha política do Partido, pelo menos no que respeita a dois problemas fundamentais na presente etapa.

Esses dois problemas são: a linha política de massas, e a política de unidade anti-salazarista.

A linha política de massas

A linha política de massas deriva da concepção marxista-leninista da história.

Em toda a história da humanidade se verifica que as grandes viragens políticas só se dão quando coincidem três factores: 1.º Uma contradição entre as forças crescentes da Humanidade e as estruturas políticas e sociais que travam o natural desenvolvimento dessas forças; 2.º Quando as grandes massas se põem em movimento no sentido de superarem essa contradição; 3.º Quando existe uma classe ascendente, organizada e capaz de orientar o movimento das grandes massas para a superação das contradições que impedem o seu natural desenvolvimento.

No caso concreto do nosso país o 1.º factor e o 3.º existem. O 2.º factor não tomou ainda aquele volume necessário para provocar imediatamente uma viragem política profunda e invencível.

O 1.º factor, isto é, a contradição entre os interesses duma minoria de monopolistas e grandes latifundiários apoiados num numeroso alto funcionalismo civil e militar, e na reacção internacional, por um lado, e por outro lado as grandes massas de trabalhadores e de camponeses, e a numerosa pequena burguesia, é cada vez mais aguda.

O 3.º factor, isto é, a existência duma força de vanguarda, consciente e organizada, está também realizado através do Partido Comunista armado duma teoria revolucionária científica, o marxismo-leninismo.

Falta, portanto, para se conseguir uma viragem política profunda no nosso país, que o 2.º factor se torne suficientemente forte.

É portanto aqui, neste 2.º factor, que se encontra a chave para a solução do problema político português.

A linha política de massas é a realização deste 2.º factor.

A linha política de massas é a linha política orientada no sentido de mobilizar e organizar para a luta revolucionária contra o salazarismo e o grande capital monopolista que o apoia, as grandes massas da população.

Toda a actividade dos militantes do nosso Partido

que se desvie desta linha política está em contradição com os princípios do marxismo-leninismo que orientam o nosso Partido, e traduz desvios oportunistas que é necessário combater.

A incompreensão de alguns militantes do nosso Partido sobre o significado da expressão «linha política de massas» traduz baixo nível ideológico que leva esses camaradas a deixarem-se influenciar por concepções oportunistas e aventureiras.

A tendência de alguns camaradas para se deixarem influenciar por ideias estranhas ao marxismo-leninismo, como, por exemplo, o golpe militar ou «putch» e as acções desligadas de um forte movimento de massas, traduzem esse baixo nível ideológico que os leva a cair nas malhas do aventureirismo político.

A tendência de alguns camaradas para subestimarem na prática a importância da ligação do Partido às massas, e a mobilização e organização das massas para a luta, sobrestimando ao mesmo tempo a importância das alianças do Partido com os dirigentes das outras forças anti-salazaristas, isto é, a subestimação da unidade das grandes massas da população pela base, e a sobrestimação da unidade pelo topo com este ou aquele dirigente político anti-salazarista, traduz oportunismo político de direita.

Os camaradas que pensam que o factor fundamental para o derrubamento do salazarismo é a unidade orgânica de todas as correntes políticas anti-salazaristas, e põem em segundo plano a unidade e acção das massas, caem facilmente no pessimismo quando verificam que essa unidade ideal se não dá. Este pessimismo traduz ao mesmo tempo falta de confiança nas massas, e, em particular, na classe operária. Este pessimismo chega por vezes a travar quase completamente e actividade revolucionária destes camaradas.

O problema da unidade não foi ainda compreendido por estes camaradas.

A unidade anti-salazarista

O Partido Comunista Português tem sido um incansável lutador pela unidade anti-salazarista. Desde sempre o Partido tem feito apelos constantes à unidade, e a sua actividade prática tem sido sempre orientada no sentido da unidade de acção de todas as forças políticas anti-salazaristas.

Mas há duas espécies de unidade.

Há a unidade pela base, a unidade das massas; e há a unidade pelo topo, a unidade com os dirigentes das outras forças ou tendências políticas anti-salazaristas.

O Partido, na medida em que siga uma linha política de massas, está efectivamente na prática a lutar pela unidade pela base, isto é, pela unidade das diferentes camadas da população em volta dos seus interesses específicos, que se chocam com a política salazarista. A linha política de massas visa a unidade da classe operária, do campesinato, dos estudantes, dos intelectuais, da pequena e média burguesia, e a sua mobilização e organização para as lutas económicas e políticas.

Das duas espécies de unidade, é esta a fundamental.

A unidade pelo topo, isto é, a unidade com os dirigentes políticos anti-salazaristas, interessa na medida em que facilite e dê maior largueza à unidade pela base, à unidade das massas trabalhadoras com as várias



camadas da burguesia nacional.

O objectivo justo e correcto do nosso Partido quanto à unidade pelo topo, não deve nunca sobrepor-se, e muito menos prejudicar, o fundamental que é a unidade e a acção das massas.

A política de unidade pelo topo só contribuirá para o reforço da unidade e acção das massas, na medida em que inclua luta política contra os inimigos e sabotadores da unidade. A unidade não se conseguirá à custa de constantes apelos à unidade. A unidade anti-salazarista exige luta política contra os inimigos da unidade, sob pena de, na prática, renunciarmos à unidade, de consentirmos que os inimigos da unidade paralizem a luta política anti-salazarista.

A preocupação da unidade total pelo topo leva alguns camaradas a hesitações, perdas de tempo e timidez política em momentos decisivos para acções políticas legais, que ficam assim comprometidas, com grave prejuízo para a unidade e acção das massas.

Os inimigos da unidade assumem assim uma grave responsabilidade perante a Nação e, por isso, nunca se pronunciam clara e publicamente contra a unidade. Mas é preciso que as massas saibam a quem cabe a responsabilidade pela sobrevivência do salazarismo.

O Partido tem o dever de tornar este problema claro para a classe operária e restantes massas da população.

Não é denunciando pessoas ou grupos que o problema ficará claro para as massas; é, isso sim, tomando a iniciativa política e criando, através da luta política, situações concretas em que não seja possível dissimular posições e intenções.

As responsabilidades do nosso Partido, como força de vanguarda na luta anti-salazarista, exigem de cada militante responsável ideias claras quanto a estes problemas, uma firmeza intransigente na aplicação prática da linha política do Partido, e uma sólida disciplina partidária baseada no respeito pelo princípio leninista do centralismo democrático.

Exige, em suma, nível ideológico.

A situação de ilegalidade em que o nosso Partido se vê forçado a viver, dificulta extraordinariamente a organização colectiva do estudo; e a intensa actividade prática das nossas organizações impossibilita muitas vezes que nos debruçemos sobre os problemas ideológicos. É, por isso, difícil resolver o problema da elevação do nível ideológico do nosso Partido. Mas, dados os reflexos negativos do baixo nível ideológico do Partido na sua actividade política prática, é absolutamente necessário que se faça um esforço sério pela sua elevação. Este esforço tem de ser individual e colectivo. Apesar de todas as dificuldades, o nosso Partido põe continuamente ao alcance de cada militante publicações teóricas em que camaradas do nosso Partido e dos Partidos irmãos tratam dos problemas mais vivos e actuais, quer ideológicos, quer políticos. Que cada militante do Partido os leia e estude atentamente e com espírito crítico.

Que em cada organização do Partido se discutam os problemas ideológicos ligados à sua actividade prática.

Que em todo o Partido se desenvolva a luta ideológica contra todos os desvios do marxismo-leninismo, e se exerça uma constante vigilância revolucionária.

A CRISE E A CLASSE OPERÁRIA

Quem suporta o peso da crise? A quem beneficia a desvalorização da moeda?

Diminuirá ou aumentará o desemprego? — Perspectivas.

Por E. VARGA, economista soviético

A crise cíclica mundial, que estalou em 1929 e prosseguiu até aos nossos dias em vários países capitalistas dissipou as ilusões, propagadas pelos ideólogos da burguesia e pelos revisionistas, de que no pós-guerra o capitalismo poderia desenvolver-se sem crise alguma. Uma vez mais se confirma a justeza de uma das teses fundamentais do marxismo: a reprodução capitalista, de acordo com as leis internas do capitalismo, conduz a crises periódicas de super-produção. Os anos em que tiveram lugar as duas guerras mundiais são a excepção que confirma a regra. É bem compreensível, pois não pode haver super-produção de mercadorias quando dezenas de milhões de pessoas são afastadas do trabalho produtivo para fazer a guerra; quando muitos milhões de seres, em lugar de produzir artigos úteis, fabricam armamento, que é destruído nos campos de batalha; quando cidades inteiras são destruídas pelos bombardeamentos; quando o consumo militar e civil, tendo em conta as devastações que traz consigo a guerra, ultrapassa em muito a produção civil, que constantemente se reduz. A guerra mundial faz com que se

esgotem todas as reservas de mercadorias, que sejam insuficientes o alojamento, o mobiliário e o vestuário, e, frequentemente, traz a fome à população. E, como a crise é a fase decisiva do ciclo, dificilmente pode falar-se de desenvolvimento cíclico em tempos de guerra.

As ilusões de que o capitalismo podia desenvolver-se sem crise foram engendradas pela circunstância de que entre a última crise económica, que sacudiu o mundo nas vésperas da segunda conflagração mundial, e a presente medelam cerca de 20 anos e pelo facto de nos treze anos transcorridos desde que terminou a guerra não se observar uma crise de super-produção que abarcasse todo o mundo capitalista, havendo somente duas crises intermédias, as quais na realidade afectaram unicamente os Estados Unidos da América. Isto deve-se ao facto da guerra mundial ter consumido todas as reservas e, no seu transcurso, ter ficado muito esgotado o potencial de produção do ramo civil da economia. Durante a guerra não se construíram novas casas e foram tantas as destruídas, que ainda hoje, catorze anos depois do fim da luta, não se terminou em toda a

parte a sua reconstrução. Desde que se acabou a guerra, nos Estados Unidos da América houve duas «crises intermédias», o que não se observou nos outros países capitalistas que participaram no conflito. Isto explica-se porque os Estados Unidos não foram campo de batalha, entraram na guerra dois anos mais tarde e, além disso, nas vésperas do conflito, contavam com um grande potencial de produção não utilizado.

As crises de superprodução são inevitáveis no capitalismo. Um elemento novo e muito importante da realidade capitalista do pós-guerra é que o capital monopolista conseguiu, em mais larga medida do que no passado, descarregar as consequências da crise sobre as classes trabalhadoras das suas próprias nações e dos países sub-desenvolvidos. Isso foi, em primeiro lugar, a consequência do robustecimento do capitalismo monopolista de Estado, que alcançou um desenvolvimento considerável depois da primeira guerra mundial e continuou a desenvolver-se a ritmo particularmente rápido depois da segunda. A força da oligarquia financeira e do Estado, unidos no capitalismo monopolista de Estado, permitiu descarregar grande parte do peso da crise sobre as classes trabalhadoras.

Na época do capitalismo pré-monopolista, os próprios capitalistas suportavam, em certa medida, o peso da crise. Naqueles tempos, o brusco descenso dos preços conduzia ao descenso de valor dos artigos produzidos e à redução do capital excedente até ao nível socialmente indispensável, o que restabelecia, por curto prazo, como dizia Marx, o equilíbrio do capitalismo. Este processo significava para os capitalistas uma grande perda de valores e conduzia a grande número de quebras. As crises do crédito, sequência permanente das crises de superprodução, faziam com que a situação piorasse ainda mais. As empresas capitalistas que conseguiam vencer a crise sofriam também grandes perdas, como consequência da queda dos preços, da redução da produção e, em muitos casos, da deterioração ou da destruição dos excedentes armazenados.

O capitalismo monopolista de Estado permite aos monopólios suportar melhor o peso da crise, aliviando-o com as encomendas estatais, em primeiro lugar as militares — mantidas ao nível do período da guerra, quando não acima dele —, com a ajuda directa do Estado às empresas dos monopólios que durante a crise se vêem em situação difícil e com a manutenção de elevados preços monopolistas.

A título de exemplo podemos citar os Estados Unidos da América. No primeiro semestre de 1958, as encomendas militares previstas nos orçamentos, mas ainda não feitas às empresas, foram distribuídas com urgência entre os monopólios. O que fez com que o déficit do orçamento estatal fosse de quase 13.000 milhões de dólares. Os capitalistas obtiveram um duplo lucro: por um lado, emprestaram ao Estado somas em forma de empréstimos a curto prazo com um juro relativamente elevado e, por outro, receberam de novo o seu dinheiro em forma de encomendas estatais, lucrativas ao máximo.

Uma clara ilustração de como enriquecem os monopólios norte-americanos com as encomendas do Estado é-nos dada por um facto registado recentemente. O Governo norte-americano necessitava de instalações

para uma central eléctrica. Duas importantes firmas monopolistas — a General Electric e a Westinghouse — pediram pela sua montagem uma soma igual: 17,5 milhões de dólares. Por seu lado, a casa inglesa Parsons comprometia-se a satisfazer a encomenda por 12 milhões de dólares. Por haver uma diferença tão colossal, o Governo concedeu o encargo das instalações à casa inglesa. Mas as mencionadas firmas monopolistas norte-americanas, descontentes com a decisão do Governo, protestaram contra a concessão feita a uma empresa estrangeira, argumentando que a diferença se devia ao elevado nível dos salários norte-americanos. A este propósito, o Presidente do Sindicato da Indústria da Electricidade e da Rádio, Carey, fez interessantes cálculos. Demonstrou que para fabricar as instalações se necessitaria um milhão de horas de trabalho. O custo da mão de obra nos Estados Unidos subiria a 3 milhões de dólares. Por conseguinte, mesmo que os monopólios norte-americanos não pagassem nada aos seus operários, a diferença entre o pedido por eles e a casa inglesa seria de 2,5 milhões de dólares (1).

Este exemplo dá-nos uma ideia dos fabulosos lucros que obtêm os monopólios norte-americanos produtores de aviões, bombas atómicas, foguetes, etc., pois que monopolizam as encomendas estatais e não se vêem ameaçados pela competição do exterior. O próprio Eisenhower disse, numa mensagem ao Congresso, que os Estados Unidos têm aviões que valem tanto como se fossem de ouro.

As seguintes cifras dão uma ideia da grande importância que as encomendas militares têm para a indústria norte-americana: o valor de toda a produção industrial norte-americana vendida em 1958 foi de uns 300.000 milhões de dólares (2), e as encomendas militares ascenderam a uns 40.000 milhões. Contudo, estas cifras não revelam suficientemente o peso económico das encomendas militares. Nas condições actuais de desenvolvimento febril do material de guerra, os armamentos envelhecem em poucos anos e têm que ser substituídos por outros mais modernos e muito mais caros. Isto quer dizer que, também em tempos de paz, os monopólios têm garantido um importante e vantajoso mercado de venda de armamentos. Isso assegura-lhes um determinado mínimo de produção durante as crises e evita que a produção baixe ao nível em que caiu durante a crise de 1929-1933. Estas circunstâncias são a base económica da «guerra fria», constantemente atizada pelos monopólios com o fim de impedir que se reduza o volume das encomendas de material bélico. Com o alvoroço em torno da «guerra fria», os monopólios querem fazer com que o povo suporte resignadamente o pesado fardo das despesas militares.

Se alguns monopólios atravessam durante a crise uma situação difícil, o Estado presta-lhes ajuda directa. Os caminhos de ferro estadunidenses, particularmente os do Leste do País, há já tempo que vinham lutando contra a competição da camionagem; a redução do transporte por comboio nas épocas de crise fez com que os caminhos de ferro dessem perca em vez de lucro. Então, Eisenhower libertou-os do pagamento

(1) — «Time», 20 de Março de 1959.

(2) — Survey of Current Business, Janeiro de 1959, p. 3.



dum imposto que ascendia a 3 por cento das suas receitas globais. De novo, o transporte por caminho de ferro se converteu numa empresa rendosa e, a curto prazo, as suas acções subiram vertiginosamente.

A formação dos preços foi para os monopólios um importante meio de evitar, na actual crise, as perdas a rigor, pois que, durante ela, o seu nível geral, longe de diminuir, ascendeu um tanto. Ao mesmo tempo, baixava quase ininterruptamente a capacidade aquisitiva de todas as moedas. A do dólar, por exemplo, desceu até quase metade do nível de antes da guerra.

Segundo cálculos do Fundo Monetário Internacional, a capacidade aquisitiva das principais moedas foi, em fins de 1958, a seguinte (1952=100): franco suíço, 94,3; dólar canadiano, 93,5; marco germano-occidental, 92,6; franco belga, 92,6; dólar norte-americano, 91,9; lira italiana, 87,7; franco francês, 83,3; libra esterlina inglesa, 82. A desvalorização de outras moedas, por exemplo, a chilena e a coreana do Sul, foi muito maior ainda.

Esta queda da capacidade aquisitiva da moeda dos países imperialistas obedece a duas razões fundamentais:

- a) — os exorbitantes gastos militares, que desviam uma grande parte da produção quotidiana para fins improdutivos e originam o deficit no orçamento estatal, o que, por sua vez, conduz à inflação;
- b) — os monopólios mantêm altos preços durante a crise e, em determinados casos, sobem-nos mais ainda (por exemplo, na indústria do aço e do alumínio dos Estados Unidos).

A tendência dos monopólios para obter lucros faz com que diminua sensivelmente a capacidade aquisitiva da moeda e subam os preços. No período de crise, os monopólios aproveitam muito intensamente as diferenças entre a formação dos preços de monopólio e a dos «preços livres» (1).

Enquanto os preços de artigos vendidos pelos monopólios se mantiveram durante a crise a um elevado nível (ou, inclusive, subiram mais); os de determinadas mercadorias produzidas por empresas não monopolistas ou por monopólios não muito fortes desceram sensivelmente. Os preços das matérias primas, produtos alimentícios, algodão, lã, metais de cor e outras mercadorias vendidas no mercado mundial por países sub-desenvolvidos sofrem um descenso catastrófico. Por isso, o capital dos países imperialistas, em particular o da Europa Occidental, importador de matérias primas em grande escala, conseguiu, em considerável medida, descarregar o peso da crise sobre os trabalhadores dos países sub-desenvolvidos, cujo nível de vida é já de si muito baixo. Segundo os nossos cálculos, o capital monopolista da Europa Occidental obteve em 1958, além dos seus lucros habituais e dos lucros obtidos com o intercâmbio não equivalente, uns 1.000 milhões de dólares de lucros, como resultado da diferença entre os preços dos artigos industriais exportados e os das matérias primas importadas. Isto explica essa situação um tanto especial da Inglaterra, que, precisamente nos anos de crise, tem podido melhorar o câmbio da libra esterlina em relação ao dólar.

nos países capitalistas, característico do após-guerra, é uma arma importante do capital na sua luta contra a classe operária. A desvalorização da moeda permite ao capital rebaixar o salário real dos operários sem necessidade de recorrer a ataques frontais, sem reduzi-lo abertamente. Isto obriga os operários a desempenhar, na aparência, o papel de parte «sacante» nas lutas pelo aumento dos salários, quando, na realidade, se vêem obrigados a travar essa luta devido à desvalorização da moeda. Nesta situação, mesmo quando os operários conseguem determinados êxitos, encontram-se sempre em desvantagem em relação aos capitalistas; as reivindicações operárias de que os salários estejam em concordância com a desvalorização colocam-se quando esta se estendeu e alcançou um nível superior. Mesmo em condições mais vantajosas para os operários, quando existem escalas móveis de salários (estabelecidas pelos contratos de trabalho com a empresa ou ditadas pelo Governo), as reivindicações operárias de aumento de salários ficam à quem da desvalorização.

A fé que os capitalistas dos Estados Unidos põem na inflação moderada para beneficiar o capital evidenciam-na as seguintes palavras do conhecido professor Slichter (2) da Universidade de Harvard: «*Considero a inflação moderada o preço inevitável da prosperidade económica alcançada... Penso que é impossível conseguir o máximo desenvolvimento sem admitir certa inflação. Pessoalmente não me preocuparia um deficit de 3.000 milhões de dólares ou algo neste estilo.*»

Ao mesmo tempo que obrigam os operários a defender o seu salário real, os monopólios gritam aos quatro ventos que a causa do encarecimento da vida são os elevados salários dos operários!

O facto de na luta económica entre capital e trabalho a desvalorização da moeda colocar aparentemente a classe operária na situação de parte atacante, tem uma grande importância política para os monopólios.

Quando os Estados imperialistas se preparam para a guerra contra o mundo socialista, quando levam a cabo uma luta constante nas colónias e ainda possuem e oprimem as semi-colónias, ao capital monopolista nem sempre lhe convém lançar-se em ataques frontais contra a classe operária do seu próprio país. A constante desvalorização da moeda permite à grande burguesia, particularmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, manter boas relações com os líderes sindicais e inclusive aceder a certos aumentos de salário em contratos colectivos, sabendo que o aumento dos preços, como resultado da inflação, originará, a curto prazo, um novo descenso do salário real dos operários.

Uma característica específica da situação actual é que a existência do mundo socialista constitui objectivamente para a classe operária dos países imperialistas uma determinada defesa política contra os ataques fron-

(1) — Antes da segunda guerra mundial, em vários países (Alemanha e Polónia, por exemplo) publicavam-se índices separados de preços dos artigos monopolizados e das mercadorias livres. Mais tarde suspendeu-se a publicação destes índices, porquanto descobriam, de maneira patológica, as manobras que os monopólios faziam com os preços.

(2) — United States News and World Report, 9 de Março de 1959, pág. 106.

tais do capital. Mas, em lugar de compreender e reconhecer este facto, os líderes sindicais de direita, bons servidores do capital monopolista, levam a cabo uma guerra sistemática e sem fundamento contra o mundo do socialismo, e em particular contra a União Soviética. Por exemplo, o órgão do Comité Executivo dos Sindicatos norte-americanos AFL-CIO, dirigido pelo senhor Meany, publica incessantemente artigos hostis e caluniosos, instigando à guerra contra a União Soviética.

A corrupção dos líderes sindicais de direita e as manobras com os contratos de trabalho por largo prazo proporcionam ao capital monopolista uma grande vantagem política.

* *

A crise económica fez com que aumente o desemprego, coisa com que sonhava desde há muito o capital. «Economist», órgão do capital monopolista inglês, publicou nestes últimos tempos dezenas de artigos nos quais se diz que a Inglaterra necessita de um exército de desempregados de um milhão de pessoas.

O desemprego relativamente baixo, que se observou nos países imperialistas nos primeiros anos do pós-guerra e durante o decénio anterior à segunda conflagração mundial, não pode atribuir-se a um «melhoramento» do sistema capitalista. A causa radica nas enormes perdas humanas ocasionadas pela guerra, na circunstância de que muitos milhões de homens foram arrancados do mercado mundial de trabalho para incorporar-se no exército, e em que, durante certo período, houve possibilidade de encontrar ocupação nos trabalhos de reconstrução das cidades destruídas e nos trabalhos levados a cabo para acumular reservas. Por isso, não é de falar da melhoria constante da situação no mercado de trabalho. Pelo contrário, o mundo capitalista caminha de novo para um período de desemprego massivo crónico.

Macleod, ministro inglês do Trabalho, referiu no Parlamento os seguintes dados sobre a percentagem de desempregados em começos de 1959 nos principais países(1): Canadá, 8,9; Itália, 8,9; Dinamarca, 8,3; Bélgica, 7,2; Estados Unidos, 6,1; Alemanha Ocidental, 5,6; Inglaterra 2,5.(2)

Estas cifras desvirtuam o verdadeiro estado de coisas. Não foi achada a percentagem em relação aos operários assalariados, mas tomando toda a «população activa», quer dizer, todas as pessoas que têm trabalho, incluindo os funcionários do Estado, artesãos, comerciantes, etc.. Além disso, como é sabido, a estatística burguesa rebaixa sempre o número dos desempregados. Nos Estados Unidos, por exemplo, o número de desempregados determina-se efectuando um inquérito entre um reduzido número de pessoas (umas dezenas de milhar) com a particularidade de que a percentagem de desemprego que oferece esse grupo se transporta para o total de empregados, pelo que cada erro ou falsificação aumenta milhares de vezes. Os desempregados que depois de buscar em vão ocupação são incluídos arbitrariamente, por uma ou outra causa, entre as pessoas insuficientemente «activas» em busca de trabalho, deixam de figurar na lista de desempregados. Cada desocupado que tem a sorte de encontrar trabalho ainda que seja só uma hora por semana, tão-

pouco é considerado como tal. Pode dizer-se, sem receio de exagerar, que o número de desempregados totais nos Estados Unidos não era em princípios de 1959 de 4,7 milhões (cifras da estatística oficial), mas de uns 8 milhões. Conviém assinalar que a percentagem de desempregados é muito desigual nos diferentes ramos da indústria. Nos «velhos» ramos industriais (do carvão, têxtil, etc.) é muito elevado. Em alguns ramos «novos» (fabricação de máquinas electrónicas, foguetões, etc.) apenas existe desemprego de operários.

É de esperar que nos anos vindouros o número de desempregados seja infinitamente superior ao do período de antes da guerra. Para isso vemos as seguintes causas:

- 1) — o desenvolvimento, por saltos, da técnica conduz a uma brusca redução do tempo de trabalho socialmente indispensável para a produção das mercadorias;
- 2) — O crescente desemprego operário permite aos capitalistas afastar da produção os operários velhos ou débeis, que produzem pouco, e elevar a intensidade do trabalho;
- 3) — nos países que participaram na guerra espera-se nos próximos dois ou três anos uma grande efluência de jovens operários à produção;
- 4) — no próximo decénio, o ritmo de incremento da produção será mais lento que no período que se seguiu à guerra, porquanto se esgotaram as possibilidades específicas de ampliação do mercado capitalista devidas às consequências da guerra (renovação do capital básico, desgastado nos anos da guerra, nos ramos de produção civil; reconstrução das cidades destruídas; acumulação de reservas).

A tendência para o aumento do desemprego massivo crónico, manifestou-se claramente nos Estados Unidos, cuja economia sofreu menos as destruições da guerra que o resto dos países imperialistas.

OPERÁRIOS OCUPADOS NOS ESTADOS UNIDOS (em milhões) (3)

	1948	1958	Aumento ou diminuição em percentagem	
Indústria transformadora	15,3	15,5	mais 1	por cento
Agricultura	8,0	5,8	menos 27	>
Construção	2,2	2,6	mais 22	>
Indústria mineira	1,0	0,7	menos 27	>
Total:	26,4	24,7	menos 7	>

Sómente num decénio, a mão de obra empregada directamente na criação de valores materiais e de mais valia diminuiu nos Estados Unidos em 7%. É muito sintomático o panorama que oferece a indústria transformadora. Enquanto o volume da sua produção aumentou durante um decénio em 32%, o número de operários aumentou sómente de 1%! Como é de todo impossível que a produção da indústria transformadora norte-americana se eleve no próximo decénio em 32%, é de esperar uma redução absoluta do número de operários industriais, como sucedeu entre os mineiros e operários agrícolas na última década.

Nos Estados Unidos observa-se também um rápido aumento do número de pessoas ocupadas que não produzem bens materiais. Enquanto que o número de operários, criadores de valores, se reduziu em 10 anos de 1,7 milhões (7%), o número de empregados do comércio, dos bancos, companhias de Seguros e outras instituições, elevou-se de 16,2 para 19,9 milhões, quer dizer, em mais de 20%. O número de pessoas empregadas nas «instituições federais, nos departamentos de Estado e nas administrações locais», quer dizer, essencialmente no aparelho repressivo da burguesia, elevou-se no decénio de 7,1 para 10,5 milhões, ou seja, em cerca de 48%. Uma análoga tendência de desenvolvimento, embora mais débilmente manifestada, observa-se em todos os Estados imperialistas.

(1) — The Times, 19 de Março de 1959.

(2) — O senhor Ministro falou, orgulhoso, da percentagem relativamente pequena de desemprego na Inglaterra, em comparação com outros países. Mas, mesmo esta pequena percentagem, representa, segundo dados oficiais, cerca de 550 mil desempregados.

(3) — United States News and World Report, 6 de Fevereiro de 1959, pág. 93. No quadro, o autor arredonda as cifras (Nota da Redacção).

A tendência para o aumento do desemprego nos Estados Unidos manifesta-se com singular força nos últimos anos:

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (1)

Índice de produção

(1947-1949=100, tomadas em consideração as oscilações temporais) Operários ocupados (em milhões)

Dezembro de 1957	137	16,3
Dezembro de 1958	144	15,7

Em Dezembro de 1958 trabalhavam na produção umas 700 mil pessoas, ou seja, uns 5% menos que em Dezembro de 1957, mas neste tempo produziu-se cerca de 5% mais de mercadorias. O aumento do rendimento e da intensidade do trabalho e a substituição dos operários velhos e fisicamente débeis nas empresas da indústria transformadora reduziram nuns 10% as necessidades de mão de obra e produziram a correspondente elevação da norma de mais valia.

O aumento da exploração dos operários, juntamente com a manutenção dos elevados preços monopolistas, explica que, na actual crise económica, os lucros dos monopolistas diminuíssem somente durante pouco tempo. Segundo informa o First National City Bank (2), os lucros líquidos de 2.219 empresas pertencentes às mais potentes corporações alcançaram em 1957, depois de pagos os impostos, a soma de 15.776 milhões de dólares, e em 1958 foram de 13.928 milhões. Como se vê, a redução é insignificante, representando pouco mais de uns 12% em média. Há que ter em conta que existe grande desigualdade no movimento dos lucros nos diferentes ramos.

Vemos, pois, que o capitalismo monopolista de Estado assegura ao capital monopolista, nas épocas de crise um lucro suficiente e, às vezes, até elevado e preserva-o da bancarrota (3). O peso da crise recai quase por inteiro sobre os operários, empregados, funcionários, «gente humilde» e sobre a população dos países sub-desenvolvidos, particularmente sobre a daqueles em cuja economia predomina a monocultura.

* * *

Na base da análise do ciclo do após-guerra, podemos traçar a seguinte perspectiva aproximada do desenvolvimento futuro:

- 1) — Uma vez eliminadas, no fundamental, as consequências da segunda guerra mundial que influíram na economia do capitalismo, cremos que se reatará de novo a repetição do movimento cíclico normal do modo de produção capitalista, movimento acompanhado, como o demonstra um século de história, de crises económicas mundiais cada 6-8 anos. Sucederá assim, claro está, se as forças da paz forem suficientemente poderosas para impedir que os incendiários de guerra desencadeiem uma terceira conflagração mundial.
- 2) — Não é de esperar que no ciclo, que começará depois da presente crise, se assista a um grande ascenso da produção capitalista mundial, como o registado no primeiro ciclo do após-guerra, por-

quanto desaparece a ampliação específica do mercado devido à segunda guerra mundial. Talvez o novo ciclo se pareça mais com o processo observado nos anos anteriores à segunda guerra mundial do que ao verificado depois dela.

- 3) — É de supor que aumentará o desemprego massivo crónico, próprio da época de crise geral do capitalismo, pois o rápido progresso técnico da produção de máquinas que economizam trabalho humano contribuirá para o surgimento de um maior excedente de mão de obra, em comparação com a necessidade de novos operários, indispensáveis para toda a ampliação da produção.

Um fenómeno novo será a grande percentagem de desocupação entre os empregados e funcionários. O rápido processo de mecanização dos trabalhos de escritório, que se observa na actualidade, — o emprego de máquinas de cálculo, de máquinas para a contabilidade e outras, que podem cumprir as funções de centenas de pessoas — torna desnecessário um grande número de «proletários de colarinho engomado». Isto permitirá eliminar a divisão entre proletários do «trabalho manual» e proletários do «trabalho intelectual», conscientemente fomentada pelos capitalistas, e tornará mais fácil a organização de todos num único exército que actue contra o capital. Isto tem extraordinária importância, porquanto, nos principais países capitalistas, o número de empregados e funcionários é tão grande como o de operários ocupados no trabalho manual.

- 4) — A emulação económica entre o socialismo e o capitalismo continuará a desenvolver-se, e a situação modificar-se-á incessantemente a favor do campo socialista. Os empréstimos em condições favoráveis, a ajuda técnica, os meios de produção que os países sub-desenvolvidos recebem da União Soviética e demais países socialistas e a aquisição de matérias-primas dos países sub-desenvolvidos pelos países do campo socialista, que oferecem melhores condições que os monopólios dos países imperialistas, acelerarão, sem dúvida alguma, o processo de independência económica daqueles países que acabaram já com a dominação política do imperialismo, mas que continuam ainda, em grande medida, dependendo economicamente dele.

- 5) — A luta entre o capital e o trabalho agudizar-se-á. Apesar do desemprego massivo crónico dificultar a luta dos operários, a sua crescente organização permitirá à classe operária, se contar com uma direcção justa, desenvolver com êxito a luta no terreno económico e, particularmente, no terreno político.

(1) — Survey of Current Business, Janeiro de 1959, pág. 2 e 11.

(2) — Business and Economic Conditions, revista mensal, Março de 1959, pág. 29.

(3) — Durante a última crise, nos Estados Unidos abriram falência mais de um milhão de empresas por mês, mas nenhuma delas era monopolista. Já na crise mundial de 1929-1933, o Estado acudiu em ajuda dos monopólios em perigo.